

Novíssima dependência e desenvolvimentismo nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT)¹

Angelita Matos Souza²

Universidade Estadual Paulista

angelita@rc.unesp.br

Resumo

Neste artigo o objetivo é refletir sobre dependência e desenvolvimento na análise dos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016). Sem deixar de reconhecer os avanços sociais e econômicos do período, a ideia central é a de que alternativas mais arrojadas de políticas estatais visando o desenvolvimento estavam restringidas pela emergência do que será apresentado como a novíssima dependência. O texto está dividido em quatro partes, além da introdução: na primeira se retoma a temática da dependência a partir do enfoque de Cardoso e Faletto, buscando distinguir a novíssima dependência; em seguida o acento recai sobre o suposto desenvolvimentismo dos governos petistas e a crise política; nas considerações finais são resumidas as ideias principais.

Palavras-chave: Governos do PT, dependência, desenvolvimentismo, imperialismo.

H6, I0, N46, N36

Abstract

The aim of this paper is to reflect on dependence and development in the analysis of the governments of the Worker's Party (2003-2016). While recognizing the social and economic advances of the period, the core idea is that the boldest alternative state policies targeting development were restricted by the emergence of what will be presented as the newest dependence. The text is divided into four parts, besides the introduction: in the first part, the theme of dependence is picked up in light of Cardoso and Faletto's approach, seeking to distinguish the newest dependence; in the second part, the focus turns to on the so-called developmentalism of the Worker's Party governments and to the political crisis; in the final considerations the main ideas are summarized.

Keywords: PT Governments, dependence, developmentalism, imperialism.

¹ Artigo recebido em 29/10/2017. Aprovado em 05/03/2018.

² Docente no Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista (IGCE-UNESP) e pesquisadora junto ao Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI-UNESP).

1. Introdução

Neste texto interessa a abordagem dos governos do PT como governos inseridos no contexto da novíssima dependência, que apresenta expedientes similares aos das relações de dependência tradicionais, dominantes até os anos 1930 e marcadas pelo peso da atividade primária na economia. Neste início de século um retrocesso estimulado pelas diretrizes da política macroeconômica praticadas desde fins dos anos 1990, ao encontro de uma inserção internacional por vezes descrita como neocolonial, para nós melhor apreendida a partir da ideia de novíssima dependência, pois a de neocolonialismo enfatiza a expansão dos setores intensivos em recursos naturais na economia e a redução da participação da indústria de transformação no PIB, ao passo que a noção de dependência remete primeiramente à dimensão financeira (Souza, 2001).

Dessa perspectiva, a face mais negativa da novíssima dependência é a inserção internacional do Brasil como uma espécie de paraíso dos juros, situação que foi se configurando desde o final dos anos 1970, consolidada nos anos 1990, e que restringe a possibilidade de combinar desenvolvimento com dependência. Durante os governos Lula, especialmente segundo mandato, as condições externas favoráveis tornaram esta realidade menos pronunciada, mas no governo Dilma as adversidades foram evidenciando a vulnerabilidade da economia brasileira, não obstante os avanços socioeconômicos da Era Lula.

A seguir discorreremos sobre teoria da dependência, retornando sobretudo ao enfoque de Cardoso e Faletto (2004) e procurando distinguir a novíssima dependência, sua gestação no interior da fase da nova dependência e a forma assumida no final dos anos 1990. Em seguida (i) colocaremos em dúvida a definição de desenvolvimentistas para os governos do PT, (ii) com comentários

sobre a política econômica e (iii) sobre a crise política que terminou no impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016. Ao final resumimos argumentos centrais, expostos a partir sobretudo de pesquisa bibliográfica com ilustrações baseadas em fontes primárias.³

2. Dependência e Desenvolvimento

Iniciaremos assinalando diferenças entre as duas correntes principais da denominada teoria da dependência: a estruturalista e a marxista. A primeira notadamente ligada à obra de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, a segunda representada pela Teoria Marxista da Dependência (TMD) cujos expoentes principais são Andre Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Rui Mauro Marini e Vânia Bambirra.

Em primeiro lugar, na vertente estruturalista prevalece a dimensão endógena, na TMD a exógena. Ao invés de operar principalmente com a dualidade Centro-Periferia, na qual o desenvolvimento nos países centrais tem como contrapartida o subdesenvolvimento na periferia, Cardoso e Faletto (2004) enfatizam a relação entre dependência e desenvolvimento. Por conseguinte, a segunda diferença diz respeito à possibilidade de desenvolvimento com dependência defendida por Cardoso e Faletto, e impossibilidade, na vertente marxista, de escapar ao subdesenvolvimento (mesmo com industrialização) prescindindo da via revolucionária-socialista, além da preocupação em definir o subdesenvolvimento (com destaque para tese da superexploração do trabalho por Ruy Mauro Marini). Em terceiro lugar, registraríamos a posição de Cardoso acerca da teoria da dependência: “Pode haver uma teoria do capitalismo e das classes, mas a dependência, tal como a caracterizamos, não é mais do que

3 Este texto consiste em uma primeira apresentação de pesquisa em andamento que enfoca a temática da novíssima dependência, em continuidade à pesquisa sobre os governos do PT, com auxílio regular FAPESP (processo n. 2014/01559-4) entre 2014-2016. Vale registrar que reproduzimos passagens de textos anteriores, apresentados em eventos acadêmicos, nos quais procuramos expor os resultados da pesquisa anterior.

a expressão política, na periferia, do modo de produção capitalista quando este é levado à expansão internacional” (Cardoso, 1970, 32, grifo nosso). Distinta é a posição da TMD, conforme Santos: “(...) em contrapartida [à teoria do imperialismo] se deveria desenvolver a teoria das leis do desenvolvimento interno aos países que são objeto da expansão imperialista” (1970, 231, tradução nossa).

Se existe uma teoria da dependência, se é possível sua elaboração, trata-se de um debate que não será abordado neste texto, no qual endossamos a ideia da dependência como expressão política na periferia do modo de expansão do capitalismo, não para negar a possibilidade de formulação teórica, e sim por coerência com o argumento central que apresentaremos: do tripé macroeconômico neoliberal como a expressão política mais acabada da novíssima dependência. Ademais justificamos a preferência pela vertente estruturalista em função da valoração da dimensão endógena, mas sobretudo porque não descartamos o melhoramento de posição na estrutura capitalista mundial como caminho a ser perseguido pelos Estados dependentes.

Vale notar que Cardoso e Faletto (2004, 2008) foram precursores em uma crítica ao enfoque dependentista que viria a ser frequente, na qual se censura a explicação de tudo pela variável da dependência, descuidando da articulação entre externo-interno e do papel da vida política local, o que teria dificultado a compreensão do sucesso desenvolvimentista de países asiáticos e por isso, inclusive, a teoria da dependência teria saído de moda⁴. Não seria o caso na corrente representada pelos autores, pois claramente estima a articulação externo-interno e o peso da vida política nas situações de dependência, e no campo da TMD o mesmo se pode dizer ao menos de Theotonio dos Santos (1970). Ademais, as ex-

⁴ Essa crítica aparece em alguns dos autores entrevistados na coletânea organizada por Kufakurinani et al (2017).

periências asiáticas, incluída a China, envolvem circunstâncias históricas (geopolíticas) não replicáveis para países da América Latina e África, passíveis de serem apreendidas pelas lentes dos fatores externos. Portanto faltaria à crítica estabelecer o diálogo entre as duas correntes levando mais em conta a geopolítica.

Como destaca Evans (2017) o maior mérito da obra de Cardoso e Faletto (2004) foi trazer a vida política doméstica para o centro da análise das situações de dependência, o próprio Evans (1993) transita pela vertente estruturalista conferindo ênfase à dimensão política interna. Dessa perspectiva a dependência não deveria ser analisada como uma variável externa, mas “a partir da configuração do sistema de relações entre as diferentes classes sociais no âmbito mesmo das nações dependentes” (Cardoso e Faletto, 2004, 44). No prefácio à edição norte-americana de Dependência e desenvolvimento na América Latina, Cardoso e Faletto reafirmam a importância de não reduzir fatores internos à “condição de epifenômeno” dos externos, com o imperialismo concebido como “um princípio ativo metafísico que traça os caminhos da história sobre a pele, sensível, mas passiva, dos países dependentes” (2008, 11-12)⁵.

A partir da leitura de Cardoso e Faletto (2004), bem como de Santos (1970), entendemos que a dimensão estrutural relacionada ao imperialismo delimita a vida política e econômica em países da periferia, no entanto a expansão do capitalismo faz emergir conflitos sociais e processos de mudança, cujas formas estão relacionadas às vias de internalização dos interesses estrangeiros e arranjos políticos variados que vão se constituindo em torno destes. Várias são as possibilidades no campo da luta política,

⁵ A 1ª edição de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* é de 1969, em espanhol; a edição norte-americana é de 1979; aqui utilizamos a edição brasileira de 2004 e a tradução para o português do prefácio à edição americana, de 2008.

como exemplos: em alguns casos a convergência entre interesses internos e externos é elevada e pode reunir segmentos da classe média e mesmo das classes trabalhadoras; em outros, frações das classes dominantes locais podem se aliar com segmentos das classes médias e das classes trabalhadoras e mesmo camponeses visando resistir à penetração estrangeira, podendo levar a situações revolucionárias (luta de classes).

Do ponto de vista cronológico seria possível falar em três fases nas relações de dependência da América Latina com os países centrais⁶. Especificamente no caso brasileiro, até os anos 1930 dominou o formato tradicional, com o capital estrangeiro ingressando majoritariamente na forma de empréstimos ao Estado e investimentos na atividade agroexportadora e em alguns serviços públicos. Na fase da nova dependência, de meados dos anos 1950 ao final dos anos 1970, foi possível melhorar de posição no sistema capitalista internacional via industrialização, com investimentos diretos estrangeiros associados aos investimentos estatais e privados nacionais. Finalmente a novíssima dependência, consolidada com as reformas neoliberais dos anos 1990, reduziria as chances para se combinar desenvolvimento com dependência, mesmo sob um prisma minimalista no qual o desenvolvimento é sinônimo de evolução das forças produtivas via importação de tecnologia e penetração de empresas estrangeiras nas economias dependentes (Cardoso e Faletto, 2004; 2008).

Identificamos três momentos decisivos na conformação da etapa da novíssima dependência. Primeiro, nos dois últimos governos da ditadura militar, o movimento de colagem do processo de endividamento externo ao da expan-

são da dívida pública interna marca o ponto de inflexão para a gestação da financeirização da economia brasileira⁷, passando pela ciranda financeira dos anos 1980, com juros altos para enfrentar desequilíbrios no balanço de pagamentos e o processo inflacionário. O segundo momento é o da renegociação da dívida externa e instituição do Plano Real, que derrubou a inflação recorrendo ao regime do câmbio atrelado ao dólar e taxas de juros atrativas, agora para atrair moeda estrangeira e manter o real valorizado. Por fim, a instituição do tripé macroeconômico no final dos anos 1990, baseado nas metas de superávit fiscal, metas de inflação e câmbio flutuante, conclui o processo de inserção internacional do país como uma espécie de paraíso dos juros.

Mas comparativamente a países vizinhos (como Argentina e Chile), no Brasil as reformas neoliberais seriam menos drásticas por causa da luta política ligada à herança desenvolvimentista⁸, a construção de um sistema produtivo relativamente diversificado e dinâmico, sem paralelo na região, legou uma burguesia interna robusta e porção significativa de trabalhadores organizados, forças sociais que resistiriam a reformas radicais por meio de suas entidades representativas, junto a jornalistas, economistas, intelectuais de oposição e segmentos da burocracia estatal. Além disso, por ter alcançado a estrutura industrial e o mercado interno mais relevantes, as multinacionais mantiveram o Brasil como base para suas operações na região (Bastos e Hiratuka, 2017).

Implica em dizer que o processo de industrialização não retirou o país da lista das nações periféricas-dependentes, mesmo com a

6 Tomamos a expressão novíssima dependência de Fiori (1995) e Saes (2007), que a utilizam para caracterizar a situação de dependência decorrente das transformações na economia mundial desde o final dos anos 1970, a periodização segundo três fases também é deles, mas é a mesma que aparece em Santos (1970) e em Cardoso e Faletto (2004) no que diz respeito à nova dependência como subseqüente da tradicional.

7 Ao contrário de boa parte das análises que localizam nos anos 1990 a origem da financeirização da economia brasileira, em meio ao processo de renegociação da dívida externa, nós localizamos ainda na ditadura militar a gestação do novo padrão de acumulação "financeirizado" da economia que viria a ser característico da fase da novíssima dependência. Ver Souza (2015).

8 Lógico que em termos de movimentação de valores, as privatizações no Brasil foram superiores a maioria dos países que passaram por reformas nos anos 1980/1990.

economia alçada ao clube das dez maiores, mas influenciou nos rumos da luta política em um sentido limitador das reformas neoliberais dos anos 1990, além de servir para manter o país como plataforma regional de multinacionais. Os obstáculos ao desenvolvimento eram enormes, com destaque para as dificuldades no domínio do processo de inovação científico-tecnológico, criação e expansão do setor de bens de capital, para o evoluir de um sistema financeiro privado que desse suporte à industrialização (Furtado, 1982; Melo, 1998 [1982]; Santos, 1970), sem falar na ausência de uma burguesia nacional com ambições de liderar o processo de desenvolvimento (Cardoso, 1964; 1971). Barreiras relativamente contornáveis pela via associada, em conformidade com o movimento mundial de expansão capitalista.

Entretanto, o modelo dependente e associado adotado no Brasil transferiu para o capital estrangeiro boa parte das decisões sobre investimentos e inovação, um poder enorme de barganha e pressão política em mãos de multinacionais, que sempre podem optar pelo deslocamento produtivo e/ou substituição de produção local por importações. Importa, portanto, sublinhar que a novíssima dependência consiste em um desdobramento lógico da nova, que encerrou seu ciclo em meio ao processo de endividamento externo dos anos 1970⁹, principalmente por conta do II PND, o plano de desenvolvimento bastante ambicioso do governo Geisel que recorreu ao financiamento externo em momento de liquidez internacional após 1º choque do petróleo em 1973 (Souza, 2015).

Como é conhecido, nos anos 1970 uma série de mudanças ligadas a decisões políticas dos EUA levaria à ruptura do pacto keynesiano do pós-guerra: abandono do padrão dólar-ouro

em 1971, transição para o regime de câmbio flutuante em 1973, choque do petróleo também em 1973¹⁰ e o choque dos juros em 1979. Esta medida deflagrou a crise da dívida nos países endividados da periferia, uma vez que a liquidez internacional decorrente do choque do petróleo (petrodólares) tinha servido ao financiamento de políticas de desenvolvimento. A crise promoveria a inversão dos fluxos do capital, dos países devedores para o centro capitalista, em uma conjuntura de incertezas e desaceleração econômica mundial que atraiu para os Estados Unidos capitais de todo o mundo, não apenas dos países devedores. (Chesnais, 1996; 2001; 2005)

No Brasil, devido ao processo de estatização da dívida externa, as empresas estatais seriam duramente atingidas, reforçando o poder de pressão das instituições internacionais (FMI, Banco Mundial) e seus porta-vozes locais por reformas neoliberais, impostas a partir dos anos 1980-1990 em meio ao processo de renegociação da dívida externa iniciado no governo Collor e concluído no governo Itamar. Nos governos Cardoso as reformas seriam aprofundadas e, ao precisar recorrer ao FMI no segundo mandato, instituído o tripé neoliberal. Tudo em sintonia com o próprio processo de liberalização econômica, abertura comercial e desregulamentação das atividades financeiras nos Estados Unidos (Chesnais, 2005).

Com efeito, nas últimas décadas uma etapa nova foi aberta na história do capitalismo, com mais centralização e concentração da riqueza em âmbito global, relacionadas ao movimento de fusões/aquisições, desregulamentações financeiras e inserção de economias periféricas novas no sistema capitalista mundial como produtoras de manufaturados. O último acontecimento, segundo Smith (2016), propiciou ao sistema capi-

9 A relação endividamento-monetarismo e o que o autor denomina a nova dependência foi analisada por Furtado (1982).

10 Que não foi uma decisão dos EUA, mas conforme Harvey teve o aval do governo norte-americano (2004).

talista uma saída para a crise de superprodução dos anos 1970, ao permitir a empresas capitalistas do Norte escaparem dos salários relativamente altos nos seus Estados de origem rumo ao Sul global, onde atualmente se concentraria mais de 80% da mão de obra fabril mundial, notadamente na Ásia, favorecida pelo deslocamento produtivo mediante subcontratações (outsourcing)¹¹.

Escrevendo ainda em 1995, Fiori afirmou não haver dúvidas sobre a pertinência de se falar em novíssima dependência e sobre a produtividade da retomada da problemática da dependência na análise dos efeitos das mudanças em curso para os países latino-americanos (Fiori, 1995)¹². E como entendemos, no caso do Brasil a expressão política mais acabada da novíssima dependência viria a ser o tripé macroeconômico edificado ao final dos anos 1990, mecanismo por excelência inibidor do desenvolvimento.

Bastos (2017) discorre sobre a origem do tripé apontando como, enredado nas crises dos anos 1990, desfeitas as promessas que acompanharam as reformas neoliberais, o governo Cardoso instituiu em 1998, como contrapartida do empréstimo do FMI (US\$ 41,5 bilhões), o primeiro pilar do tripé: as metas de superávit fiscal primário. Os dois outros, câmbio flutuante e metas de inflação, vieram no ano seguinte e novos acordos seriam assinados em 2001 (US\$ 15,7 bilhões) e em 2002 (US\$ 37 bilhões), este durante a campanha para as eleições presidenciais, tendo sido “essencial para disciplinar as propostas de Luís Inácio Lula da Silva, que assinou uma ‘Carta ao Povo Brasileiro’ comprometendo-se a respeitar os termos do acordo e, na prática, preser-

var o tripé macroeconômico”. (Bastos, 2017, 6)

Embora não fale em novíssima dependência, Bastos tem apontado em textos recente (2015, 2017) expedientes de enquadramento úteis à elucidação das práticas imperialistas que asseguram a reprodução das relações de dependência, intensificadas após 2010, do ponto de vista econômico com o incremento da substituição de produção local por importações, além da perda de mercados dos produtos brasileiros para os chineses tanto interna como internacionalmente. Isto porque a crise mundial determinou um esforço exportador da parte da economia estadunidense e europeia, e igualmente das exportações asiáticas atingidas pela desaceleração da demanda nos países centrais.

Tudo indica a ocorrência de uma redistribuição da produção no interior das corporações globais, em benefício da produção nos mercados em crise onde também se localizavam os centros de propriedade e comando das corporações. A posição da filial sul-americana nas cadeias globais de valor foi redimensionada, tornando-se menos produtora e mais importadora, montadora e revendedora. Isso se reflete na grande mudança nos saldos comerciais brasileiros, particularmente com os países de origem das filiais aqui localizadas. (Bastos, 2017, 23-24)¹³

Do ponto de vista político a austeridade é agora apresentada como inevitável, como antes fora a globalização, o que alguns autores têm chamado de fase pós-hegemônica do neoliberalismo, segundo Davies (2016) uma etapa desdobrada do fenômeno, assemelhada a um movimento praticamente autômato, independente de governos e opinião pública, que dispensaria a necessidade da construção de consensos, transferindo a tomada de decisões sobre políticas econômicas para tecnocratas apresentados como blindados de populismos. Situação na qual sair da linha implica em punições severas (rebaixa-

11 Conforme Smith (2016), as vantagens da transferência da produção de baixo valor agregado para países do Sul, via subcontratações, seriam o corte nos gastos com instalações fabris, força de trabalho e mesmo com investimentos em tecnologias novas, além do menor envolvimento direto nos processos produtivos, tornando empresas do Sul responsáveis pelos riscos comerciais, salários infames, combate aos sindicatos, demissões, danos ao meio-ambiente.

12 Um conjunto de justificativas boas para se recuperar o enfoque da dependência pode ser encontrado nas entrevistas da coletânea organizada por Kufakurinani et al (2017).

13 Bastos (2017) fornece dados, organizados em tabelas, a fim de corroborar sua hipótese.

mento da nota de um país pelas agências de risco, campanhas midiáticas contra governos apresentados como populistas, fuga de capitais) e que, para nós, externa uma etapa redobrada da própria novíssima dependência.

Portanto, apesar das escolhas do governo Dilma no campo da política econômica não terem sido as mais frutíferas, com destaque para a política de austeridade do início do primeiro governo e, em seguida, às renúncias fiscais implicadas nos incentivos ao setor privado, depois de 2010 ficou mais difícil intervir na economia visando avanço industrial. A situação assemelha-se à vingança dos fatores externos, ao encontro da TMD, mesmo assim, na abordagem do governo Dilma tentaremos não reduzir a dinâmica endógena à exógena. Por sua vez, a temática do desenvolvimento esteve na ordem do dia nos governos Lula e Dilma, mas não endossaremos a hipótese de desenvolvimentismo.

3. Governos do PT: Desenvolvimentistas?

Este tópico deixará de fora contribuições propositivas presentes no debate político e acadêmico sobre desenvolvimentismo: a do “novo-desenvolvimentismo” ligada aos trabalhos de Bresser-Pereira e a proposta de “social-desenvolvimentismo” por economistas ligados ao PT. As duas perspectivas e seus limites foram devidamente apresentadas por Bastos (2012), aqui interessa somente pôr em dúvida a caracterização dos governos petistas como desenvolvimentistas, a partir da formulação de Fonseca (2013), que, após examinar a história do conceito e identificar um núcleo comum a respeito, formulou a seguinte definição:

[...] entende-se por desenvolvimentismo a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e

da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista. (Fonseca, 2013, 40)

A definição do desenvolvimentismo como política econômica não deixa de remeter ao sentido ideológico, mas basicamente “lembra o intervencionismo como integrante do core do conceito”, segundo uma estratégia ou projeto dotado de intencionalidade, um “guia de ação para reverter um status quo não desejável”. Os governos são os agentes formuladores e executores da estratégia de desenvolvimento, de forma deliberada, almejando o crescimento da produção e da produtividade. A liderança do setor industrial seria a “variável-chave do núcleo comum do desenvolvimentismo”, presente em todos os autores analisados a partir de experiências históricas variadas. Isto não significa que o setor primário não integre o projeto, porém, na ausência de primazia para a evolução do setor industrial, seria difícil falar em desenvolvimentismo. (Fonseca, 2013, 40-42)

É com base na formulação de Fonseca (2013) que consideramos complicado sustentar a hipótese do desenvolvimentismo para os governos petistas, tendo em vista o período curto de crescimento econômico que animou teses a respeito, as inúmeras conjunções adversativas que as acompanham (é desenvolvimentista porém...), além do desfecho do segundo governo Dilma, mas fundamentalmente devido à dificuldade para identificar um plano devidamente explicitado e executado visando mudanças estruturais na economia brasileira, com prioridade para o setor industrial.

Conforme Bielschowsky (2012), uma etapa nova no planejamento do desenvolvimento foi aberta pela conjuntura internacional positiva

e com base em documentos governamentais de 2003 a 2010, identificados e analisados por Gímenez e Cardoso (2012), afirma que:

Os candidatos a organizadores de um projeto nacional de cunho desenvolvimentista no período foram três: i) Crescimento com redistribuição de renda pela via do consumo de massa (PPA 2004-2007); ii) Investimentos em infraestrutura (PAC); iii) Inovação (PITCE, PDP, Plano Brasil Maior). (Bielschowsky, 2012, 735)

Entretanto, o autor sublinha a ausência de complementariedade entre as três elaborações, com cada uma pretendendo ser a fórmula de condução do desenvolvimento, sem interação com as outras duas: “nenhuma das três explorou uma integração com as demais e nenhuma delas foi efetivamente vencedora no que se refere a estabelecer um novo projeto nacional, reconhecido como tal”. Apesar de avanços obtidos por meio da formulação das três diretrizes, “o desenho claro de uma nova estratégia permaneceu por ser realizado: as peças mantiveram-se dispersas em um pensamento relativamente difuso e fragmentado”. (Bielschowsky, 2012, 736, grifos nossos).

Não ilustraremos o texto com dados quantitativos sobre a Era Lula, pois é conhecido que foram anos marcados pelo crescimento econômico, estímulos à atividade produtiva, avanços em infraestrutura e que os governos Lula praticaram um reformismo social com bons resultados. Tampouco nutrimos dúvidas quanto à orientação ideológica desenvolvimentista do Partido dos Trabalhadores. Mesmo assim sobra impressão de insuficiência de planificação e de prevalência da atuação reativa, inicialmente com respostas conservadoras ao ataque especulativo desencadeado pela chegada do PT ao poder, em seguida, com a oportunidade aberta pela conjuntura internacional, praticando uma política econômica “híbrida”, que mesclou neoliberalismo com medidas expansionistas (Morais e Saad

Filho, 2011, 521).

Como escreveu Bastos (2015; 2017), a despeito da manutenção do tripé macroeconômico, nos governos Lula três heresias foram praticadas com relação ao neoliberalismo: 1) as privatizações saíram de cena e os investimentos estatais foram retomados, especialmente no setor de petróleo, gás e energia elétrica, estimulando a indústria de bens de capital/construção naval e grandes empreiteiras; 2) os bancos públicos foram ativados para políticas de estímulo à produção, expansão do mercado interno e conquista de mercados externos; 3) um notável progressismo marcou a política salarial, trabalhista e social, com elevação do salário mínimo real, além da expansão da formalização do emprego, do crédito popular, com ampliação de programas de distribuição de renda como o Bolsa Família.

Acreditamos que foi justamente a flexibilização na ortodoxia neoliberal, acompanhada do crescimento econômico, que estimulou a retomada da temática do desenvolvimentismo nas análises acerca dos governos Lula, mormente segundo mandato, e ainda mais diante da expansão dos gastos no enfrentamento da crise que eclodiu em 2008 e crescimento subsequente da economia de 7,5% em 2010. No entanto qualquer estratégia de desenvolvimento estava de antemão comprometida pela manutenção do tripé macroeconômico indissociável da política de juros altos e câmbio valorizado. O crescimento econômico só poderia ser alavancado por condições externas favoráveis, presentes nos anos Lula e, em boa medida, aproveitadas, não sendo correto classificá-los como essencialmente neoliberais.

Todavia a bonança não obscureceu o problema da especialização em torno das exportações de commodities e redução da participação da indústria de transformação no PIB. Conforme estudo da FIESP (2015), a participação da in-

dústria de transformação no PIB em 1985 era de 21,6%; em 2000 era 15,1%; em 2003 (1º ano do governo Lula) 16,9%; em 2010 (último ano do 2º governo Lula) 15,0%; em 2014 (último ano do 1º governo Dilma) 10,9%. O documento ressalta que “o processo de desindustrialização no Brasil iniciou-se nas décadas de 1980 e 1990, mas ganhou força no período após a Crise Financeira Internacional de 2008 e 2009”. Não obstante, como salientaram Sarti e Hiratuka (2017), em 2015 o Brasil ainda era uma economia industrial, a nona economia mundial em termos de valor agregado manufatureiro, podendo ser considerada uma “potência industrial”, apesar da incorporação restrita dos avanços da terceira revolução industrial.

De toda maneira, o debate político sobre desindustrialização e reprimarização da economia esteve na ordem do dia durante os governos Lula, seguramente influenciando a política econômica do governo Dilma. É certo que alguns autores encaram a perda de espaço da atividade industrial como tendência mundial, ligada aos ganhos de produtividade advindos dos avanços tecnológicos (Bonelli; Pessoa, 2010). De nossa parte, consideramos a leitura de economistas heterodoxos mais acertada: no Brasil, a queda da participação industrial no PIB não estaria ligada aos ganhos de produtividade obtidos por meio do avanço tecnológico, como nos países de industrialização madura, e sim relacionada com políticas econômicas adotadas desde os anos 1990, inibindo investimentos locais, em um contexto cada vez mais marcado pela perda de competitividade frente aos produtos oriundos da Ásia. No meadadamente a abertura econômica e o par juros altos-câmbio valorizado são apontados como estimulantes à substituição por importações e desmonte parcial das cadeias produtivas domésticas (Bastos, 2015, 2017; Belluzzo e Almeida, 2015; Bresser Pereira, 2012, 2013; Diegues Junior,

2015, 2016; Sarti e Hiratuka, 2017).

Para piorar, enquanto por aqui decaem os investimentos industriais, nos países centrais está em curso um movimento de automação capaz de abalar até as vantagens da China e seus parceiros asiáticos (Belluzzo, 2013). Conforme Sarti e Hiratuka (2017), se a “chinalização industrial” já restringe a competitividade e sobrevivência de setores industriais no Brasil, a perspectiva de um novo ciclo de inovações aponta para mais riscos e desafios enormes. Assim sendo, parece-nos acertada a estratégia perseguida pelos governos Lula de tentar preservar e fortalecer o aparelho industrial existente por meio da expansão do mercado interno e das exportações para os países menos desenvolvidos industrialmente. Contudo era preciso abandonar o tripé e cremos que o presidente tinha condições políticas para tanto, favorecido pela conjunção positiva entre fatores externos e internos.

Politicamente um caminho difícil e praticamente irrealizável com a conjuntura favorável aproveitada para promoção de crescimento econômico e melhoras dos indicadores sociais sem necessidade de enfrentamento dos interesses financeiros dominantes. Para nós um erro, afinal a primeira vitória eleitoral do PT para a presidência pode ser entendida como reação à situação de dependência construída nos anos 1990 e seria menos problemático tentar mudanças em meio a condições externas positivas, com a economia crescendo. Mas seria o governo Dilma que tentaria flexibilizar o tripé com a denominada “nova matriz econômica”, como ficou conhecido o conjunto de políticas adotadas entre o final de 2011 e primeiro trimestre de 2013, em uma guinada industrialista malsucedida que serviria para alimentar a crise política, intensificada após as grandes manifestações de rua em 2013.

3.1 A Nova Matriz Econômica

Entre as principais medidas adotadas pela nova matriz destacaríamos: a) a utilização dos bancos públicos para redução dos juros, de 12,5% para 7,25% entre agosto de 2011 e abril de 2013; b) atuação do Banco Central no sentido da desvalorização do Real; c) capitalização robusta do BNDES destinada a subsidiar projetos de investimentos; d) desonerações fiscais para vários setores; e) rebaixamento das tarifas de energia; f) aumento das tarifas de importações e reforço da política de conteúdo nacional; g) anúncio do programa de concessões para obras de infraestrutura. Segundo Singer (2015), com tais medidas o governo Dilma teria acessado um “ensaio desenvolvimentista” e a insuficiência dos resultados seria explicada fundamentalmente pela inação da burguesia industrial, que não respondeu aos estímulos com os investimentos esperados e ainda aderiu maciçamente à campanha pelo impeachment. (Singer, 2015)

Para Fonseca (2016) a “tal matriz” foi intervencionista em reação à crise internacional e com medidas aceitas e praticadas pelo mainstream em conjunturas de desaceleração da demanda agregada. As medidas adotadas não seriam necessariamente desenvolvimentistas e as renúncias de arrecadação em prejuízo das receitas da União “talvez tenham virado aplicações financeiras”, tendo em vista que os investimentos industriais não vieram (Fonseca, 2016, s/p). Já segundo Rossi e Biancarelli (2015) as medidas adotadas não serviriam mesmo para alavancar investimentos privados porque “na lógica do empresariado, em um ambiente onde todos os componentes da demanda apresentam desaceleração, é melhor recompor margem e não investir”¹⁴. Os

¹⁴ Aliás, pesquisas da FIESP de intenção de investimento vão apontando para elevação das posições reticentes desde 2011, as razões apontadas eram crise internacional, incertezas quanto a política econômica, reavaliação da demanda, ociosidade elevada; em 2014 o quadro pioraria e a justificativa principal seria o baixo nível de confiança do empresariado devido incertezas quanto a política econômica, agravadas pelo ano eleitoral. Os relatórios anuais podem ser encontrados no

autores argumentam que o ativismo do Estado deveria ter focado o investimento público em infraestrutura, em desaceleração desde 2011, ao invés de optar pela pauta da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) para logo em seguida retomar a da FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos), subindo os juros novamente para combater tendência inflacionária (Rossi e Biancarelli, 2015, s/p).

Bastos concorda que o ativismo estatal deveria ter se concentrado no setor de infraestrutura e condena sobretudo a política de austeridade do início do primeiro governo Dilma, mas salienta restrições externas e argumenta que, no caso da indústria de transformação, foco da nova matriz, o não investimento se justificaria tanto pela capacidade ociosa decorrente da desaceleração cíclica da demanda doméstica como devido ao coeficiente de importados estimulado por anos de câmbio valorizado (Bastos, 2015; 2017). Para ele os industriais só responderiam aos incentivos do governo com novos investimentos se estivessem “apoiando politicamente o governo petista apesar da irracionalidade econômica do investimento” (Bastos, 2015, 60).

O governo certamente contava com esse apoio e não deveria considerar irracional a resposta empresarial aos incentivos na forma da expansão da capacidade produtiva, na medida em que a nova matriz priorizou o atendimento de demandas do setor industrial. No entanto, o mais provável é que a nova matriz estivesse na contramão do padrão de organização e acumulação da indústria delineado entre 2000-2010 e designado de “doença brasileira” por Diegues Jr. (2016), a fim de indicar a reconfiguração produtiva baseada na redução gradativa da produção local e aumento das importações de bens finais, partes

site da FIESP. O de 2012 está disponível em <http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/pesquisa-fiesp-de-intencao-de-investimento-2012/>; o de 2014 em <http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/pesquisa-fiesp-de-intencao-de-investimentos-2014/>, acessos em 10/03/2018.

e componentes. Reconfiguração em face da qual seria irrazoável imaginar que a indústria fosse liderar um movimento de crescimento como o pretendido pelo governo e o autor ainda observa que muitas empresas endividadas em dólar seriam contrárias à desvalorização do câmbio, entre elas a Petrobras (Diegues Jr., 2015; 2016).

Para Carneiro (2017), até 2010 seria possível falar em especialização regressiva devido à ampliação do peso dos setores intensivos em recursos naturais, depois há desindustrialização. A expansão da demanda interna nos governos Lula foi atendida em grande parte pela indústria local (Medeiros, 2015), que para tanto aumentou importações, porém o processo de substituição por importações teria sido incrementado após 2010, com o reforço exportador estadunidense, europeu e chinês (Bastos, 2017). E como o comportamento dos agentes econômicos domésticos é muito influenciado pelo dos agentes estrangeiros, se estes boicotam governos, reduzem investimentos e substituem produção por importações costumam ser seguidos pelos nacionais, no caso das importações, com o câmbio valorizado, seria o racional (Souza, 2016).

O problema maior seriam os setores tecnológicos mais avançados: “Sem uma clara política industrial, a estrutura produtiva manteve sua diversidade, mas cresceu extensivamente sem avanços nos setores e nas atividades de maior conteúdo tecnológico” (Medeiros, 2015:143). As propostas de políticas focadas em setores tecnológicos dinâmicos e inovadores, como a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) lançada no início de 2004, cujos propósitos seriam reafirmados em 2008 com a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), apresentaram poucos resultados, muito provavelmente porque “(...) estratégias de desenvolvimento industrial não se fazem apenas com políticas industriais explícitas. Por melhor que seja seu

desenho, devem contar com políticas macroeconômicas compatíveis” (Cano e Silva, 2010, 8).

Enfim, apesar da conjuntura internacional ter melhorado a partir de 2004, propiciando acúmulo de reservas em moeda forte e mais ativismo estatal, foram evitadas as alterações drásticas na política macroeconômica. O câmbio seguiu valorizado, os juros reais ainda atrativos em termos internacionais e setores das classes produtoras compensados com estímulos diversos, como os financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A continuidade das taxas de juros reais médias altas tem a ver, obviamente, com o poder de pressão das forças sociais beneficiadas pelos ganhos financeiros, porém em boa medida os juros seguiram atrativos para manter o câmbio valorizado, barateando o consumo dos capitalistas e o das classes trabalhadoras, mantendo a inflação sob controle. O que aliado aos aumentos salariais reais, à expansão dos programas de transferência de renda, do crédito popular, das obras públicas e dos empregos, elevaria em muito a popularidade do presidente Lula.

Já o primeiro governo Dilma parece ter apostado na existência de espaço político para atacar o tripé em seus aspectos centrais, câmbio e juros, inclusive adotando tom confrontacionista no anúncio das medidas (Bastos, 2015; Singer, 2015). E aparenta ter operado com a ideia de oposição entre as esferas produtiva e financeira, presente no debate político desde o fim da ditadura militar, a partir de uma relação de exterioridade: as finanças freando desde fora o setor produtivo, com os investimentos restringidos devido aos juros altos, já que valeria mais a pena especular no mercado financeiro. Uma meia verdade, pois embora limite/impeça o desenvolvimento na medida em que absorve recursos estatais e enquadra a política econômica, juros altos podem ser estimulantes para os investimentos e ao cres-

cimento econômico por garantirem valorização patrimonial no mercado financeiro acrescida da possibilidade de ganhos com atividades produtivas subsidiadas pelo Estado, suporte geralmente conquistados na luta política, na qual reclamações contra os juros ajudam, ainda mais em se tratando de governos progressistas como os liderados pelo PT.

Para encerrar, outras hipóteses explicativas do insucesso da política econômica seriam: a) a nova matriz teria contrariado muitos interesses ao mesmo tempo, generalizando a desconfiança entre os capitalistas (Singer, 2015; Bastos, 2015); b) a queda na lucratividade em uma situação de quase pleno emprego passou a pesar decididamente contra uma gestão considerada cada vez mais intervencionista (Singer, 2015; Rugitisky, 2015); c) o peso da “direita liberal e dependente” (Bresser Pereira, 2013) seria muito grande e, na luta ideológica, teria atraído a camada industrial para a “formação de uma frente única burguesa antidesenvolvimentista” (Singer, 2015); d) a sustentação do ativismo estatal demandava duas condições inexistentes: uma sólida aliança interclassista e/ou intensa mobilização dos trabalhadores (Singer, 2015); e) a crise internacional e a Operação Lava Jato interromperam o processo em curso de fortalecimento da economia brasileira (Rousseff, 2017¹⁵).

3.2. Crise Política e Imperialismo

Da lógica conjuntural, os fatores políticos determinantes na derrubada do governo Dilma são: a) a reação do PSDB à derrota eleitoral, buscando revertê-la no Judiciário e Legislativo com o apoio da mídia dominante; b) a atuação antipetista de agentes do Judiciário, Ministério Público, Suprema Corte, Polícia Federal¹⁶; c) a inabilidade do governo Dilma na relação com o

Legislativo e baixa interlocução com a sociedade civil/movimentos sociais; d) o estelionato eleitoral praticado em 2015, quando se adotou o programa de austeridade do adversário; e) o oportunismo de boa parte da classe política, com destaque para políticos do partido do vice-presidente.

Há ainda três frentes de leituras sobre a crise política mais inscritas na longa duração: a que destaca o atraso das elites derivado do sistema de valores ligado ao passado colonial-escravista; a que procura compreender a atuação de agentes do Judiciário, Ministério Público, Suprema Corte, Polícia Federal à luz dos efeitos ideológicos da estrutura jurídico-política; e a que acentua práticas imperialistas por trás de tudo. Basicamente certa ascensão social das classes populares durante os governos petistas teria desencadeado a reação de grupos sociais pertencentes aos estratos médios, incluindo agentes judiciais-policiais, especialmente suscetíveis à ideologia do mérito. Dessa ótica, fatores ideológicos derivados da estrutura jurídico-política seriam importantes ao entendimento da atuação desses agentes, que encarariam a batalha contra a corrupção como espécie de missão a cargo de pessoais comprovadamente especiais (via concursos públicos). No entanto, este componente proveniente das formas modernas de dominação (republicanismo formal, hierarquia meritocrática) estaria eivado de preconceitos sociais relacionados ao sistema de valores escravagistas, influenciando na atuação judicial-policial (e universitária-intelectual) denunciada por Souza (2017) como racista e marcada pelo ódio aos pobres, afetos determinantes na antipatia contra partidos políticos e lideranças de origem obreira.¹⁷

17 Acerca dos efeitos da estrutura jurídico-política sobre os agentes estatais do alto escalão judicial-policial ver Bastos (2017) e Boito Jr. (2016); sobre as teses de Jessé Souza, além do livro *A elite do atraso* (2017), há entrevistas com o autor disponíveis nas redes sociais. Vale notar que mesmo onde a escravidão não foi fenômeno relevante, a origem social privilegiada ajudaria a entender porque a elite estatal costuma defender os interesses das classes dominantes (Miliband, 1972), mas certamente o passado escravagista agrava o problema e a estrutura jurídico-política produz efeitos ideológicos poderosos independentemente da origem social. Seja como for, é inegável que muitas

15 Voltaremos à leitura da presidente nas considerações finais.
16 Na medida em que nenhuma liderança do PSDB foi atingida pela possibilidade de processos que resultem em prisões é permitível falar em disposição antipetista da parte de agentes do Estado.

Mas o que mais tem a ver com a problemática da dependência são as práticas imperialistas por trás da crise política e levará algum tempo para as investigações conseguirem elucidar o peso dessas práticas nos acontecimentos, embora não falem denúncias a respeito. Sobre tudo no tocante à Operação Lava Jato iniciada em março de 2014, nas redes sociais e imprensa alternativa¹⁸ abundam acusações de que a Operação seria uma ação dirigida dos EUA, que teriam treinado agentes judiciais brasileiros, entre eles o juiz Sérgio Moro, protagonista da Operação, o qual contaria com acesso a informações privilegiadas dos órgãos de espionagem estadunidenses. Por mais especulativas que possam ser as denúncias, os cursos de formação nos EUA, seja no âmbito do Judiciário, seja no da Polícia Federal, são comuns e constituem oportunidades para se delinear ações cooperativas. E Puty chama atenção para o documento publicado a cada quatro anos pelo governo dos EUA, Estratégia de Segurança Nacional (NSS), o de dezembro de 2017 destaca “o combate à corrupção na América Latina e à ‘Ameaça Chinesa’ ao livre mercado”, lugar geralmente ocupado pela “defesa dos direitos humanos, democracia e meio-ambiente enquanto justificativa ideológica para intervenção nos países de nossa região” (Puty, 2018).

Seja como for, a Operação Lava Jato parece mais que mero instrumento de interesses imperialistas, ainda que venha contribuindo para com a desnacionalização da economia brasileira. Nos campos de pré-sal, foco principal do interesse estrangeiro, a Petrobras perdeu o direito à participação mínima de 30% nos consórcios de exploração e duas vendas foram bastante criticadas, tanto em função da desnacionalização como

pelos valores considerados baixos: em 2016 a participação no campo de Carcará para a estatal norueguesa Statoil; e em 2017 a participação nos campos Iara e Lapa para a francesa Total, de capital misto. No início deste mês (março de 2018) novos leilões trouxeram mais desnacionalização. Em 2013, no governo Dilma, um consórcio formado pela a anglo-holandesa Shell, a francesa Total e as estatais chinesas CNPC e CNOOC já tinha abocanhado participação no campo de Libra, o maior descoberto nos últimos anos, contudo a Petrobras manteve participação em 40%, incluindo o percentual de 30%, na época obrigatório por lei.

O interesse estrangeiro pelo setor de petróleo e gás ainda envolve episódios nebulosos, desde espionagem contra a Petrobras a notícias de lobby do governo britânico visando enfraquecer a política de conteúdo nacional, passando pela pressão de empresas norte-americanas, europeias e mesmo chinesas por mudanças do marco regulatório, ocorridas em outubro de 2016, com destaque para o fim do regime que assegurava à estatal brasileira participação mínima (30%) e a condição obrigatória de operadora¹⁹. Por sua vez, a desnacionalização não se limita à Petrobras, atualmente mais propostas rondam os noticiários: EMBRAER, ELETROBRAS, bancos públicos.

Efetivamente não faltam indícios de práticas imperialistas por trás da crise política brasileira, inclusive com a formação comprovada de cartel internacional destinado à manipulação das taxas de câmbio no Brasil, conforme

das denúncias de corrupção foram comprovadas e, neste sentido, o PT não deixou de fornecer armas aos inimigos.

18 Ou nem alternativa, como matéria publicada no jornal Clarín chileno, afirmando que EUA manejam Lava Jato para destruir o Brasil, disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/clarin-estados-unidos-manejam-lava-jato-para-destruir-o-brasil-e-america-latina/>, acesso em 17/03/2018.

19 A Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET), em edição especial de fim de ano, “2016: o ano que pode durar 20 anos”, condena a “desintegração a toque de caixa” da estatal brasileira, oferecendo um panorama dos acontecimentos. Disponível em http://www.aepet.org.br/noticias/pagina/14070/2016-o-ano-que-pode-durar-20-anos_. Mais notícias a respeito podem ser encontradas em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/o-lobby-petrolifero-britanico-nova-cena-de-uma-velha-historia>; <https://www.cartacapital.com.br/economia/leilao-do-pre-sal-a-vez-das-petroleiras-americanas>; <https://www.cartacapital.com.br/economia/o-pre-sal-e-a-regulacao-interesses-nacionais-ou-estrangeiros>; <http://www.valor.com.br/empresas/5417379/leilao-de-petroleo-arrecada-r-8-bilhoes-em-bonus-e-bate-recorde>, acessos em 20/03/2018.

investigação conduzida pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que resultou na admissão da conduta por instituições estrangeiras e em acordos de colaboração nas investigações do CADE²⁰. E qualquer um que tenha acompanhado o noticiário diariamente pôde constatar o clima forte de boicote orquestrado contra o governo Dilma. A partir do segundo semestre de 2013 intensificaram-se os editoriais desfavoráveis da parte de consultorias privadas, agências internacionais de risco, FMI, Banco Mundial (Singer, 2015), análises incrementadas e propaladas pela mídia nativa em ataque cerrado contra supostos gastos públicos excessivos, descontrole da inflação, abandono leviano do tripé macroeconômico, pedaladas fiscais (denunciadas em 2014)²¹.

Tudo contribuindo para gerar um ambiente negativo para investimentos e economia do país, estimulante para a campanha política contra o governo, animada pelas movimentações de ruas desde 2013²².

4. Considerações Finais

Como procuramos indicar, no cerne das dificuldades dos governos petistas para promoção de mudanças socioeconômicas consistentes estava a manutenção do tripé macroeconômico neoliberal herdado do governo Cardoso, além da não adoção de reformas estruturais, especialmente no campo tributário. Tripé acompanhado de taxas médias de juros reais atrativas em termos internacionais, contribuindo para a valorização da moeda local, igualmente favorecida pelo boom das commodities. Mas a política de juros altos reporta aos dois últimos governos da ditadura militar, sendo pertinente localizar como momento de inflexão o governo Geisel (1974-1978), ao

executar um plano desenvolvimentista (II PND) cujos resultados elevariam tanto a capacidade produtiva da economia brasileira como o endividamento externo. Por sua vez, a crise da dívida, além de atrasar/limitar a incorporação dos avanços tecnológicos da terceira revolução industrial, introduziu os juros altos como política que os governos brasileiros não mais abandonariam, independentemente das motivações/justificativas as taxas médias de juros reais em níveis atrativos internacionalmente têm sido a regra nas últimas décadas.

Não obstante, como apontado, em 2015 o país ainda era uma “potência industrial” (Sarti e Hiratuka, 2017), até porque a relação entre atividade industrial e rentismo não é necessariamente de oposição, e o fato do país contar com uma indústria relevante ajuda a entender porque descontentamentos com a ortodoxia neoliberal afluíram para formação de alguma espécie de coligação produtivista apontada por meio de expressões como “frente neodesenvolvimentista” (Boito Jr., 2012), “pacto social-desenvolvimentista” (Ianoni, 2013), “coalizão produtivista” (Singer, 2015). De nossa parte, preferimos a noção de frente, mais fraca, uma frente antineoliberal moderada (Souza, 2016), indicativa da disposição em apoiar (ou ao menos tolerar) os governos petistas.

Frente liderada por representantes da burguesia interna: da indústria de transformação, da grande engenharia, do setor exportador de commodities e mesmo alguns banqueiros. Entre as classes trabalhadoras organizadas, a frente atraiu segmentos dos estratos baixos das classes médias, do operariado urbano e campesinato. Em contraposição, os partidários do receituário neoliberal, mais ou menos ortodoxo, seriam em geral alinhados com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e forças afins: agentes do setor comercial-importador, boa parte dos ru-

20 Ver matéria do Jornal Valor, disponível em <http://www.valor.com.br/financas/4798905/cade-firma-acordo-com-cinco-bancos-na-investigacao-de-cartel-do-cambio>, consultado em 26/09/2017.

21 Ver, por exemplo, as matérias de Fábio Alves (2014).

22 Sobre o papel das manifestações de rua na crise política ver Santos e Guarnieri (2016) e a crítica aos autores por Avelar (2017).

ralistas, dos banqueiros, segmentos das classes médias altas, eventualmente entidades do mundo operário (como a Força Sindical).

O conceito de burguesia interna foi formulado por Nicos Poulantzas (1976) a partir da ideia de fracionamento da classe dominante, no caso para pensar formações sociais dependentes e as relações com o capital estrangeiro: a burguesia nacional seria nacionalista/anti-imperialista; a burguesia compradora (associada) caudatária do capital imperialista; ao passo que a burguesia interna manteria com este capital posições políticas ambíguas, permeadas por conflitos pontuais, geralmente envolvendo disputas pelo mercado interno, aspirando à proteção do Estado ao mesmo tempo em que almeja governos capazes de atrair investimentos estrangeiros.

Tendo em vista a distinção, os governos do PT, governo Dilma em especial, passam a impressão de terem tomado o conjunto ou segmentos da burguesia interna por burguesia nacional, supostamente identificada ao interesse nacional e contra a especulação financeira, algo difícil de discernir entre as frações de classe dominantes no Brasil. Ou talvez, menos que confusão entre burguesia interna e nacional, o governo Dilma tenha apostado na transformação da burguesia interna em burguesia nacional. Com a palavra a presidente:

Achei que eles [empresários] tinham interesse efetivo num projeto nacional de desenvolvimento, não no sentido nacionalista da palavra. Por exemplo, que usar política de conteúdo nacional, recuperar a cadeia de petróleo e gás, criar a cadeia de fármacos, colocar aqui uma parte da estrutura da indústria automobilística, através de toda aquela política que nós fizemos de garantir que as grandes empresas viessem para o Brasil — que se interessariam por isso. E o que eu vejo é que esse processo é tão duro que eles não se interessam, não. Não se interessam e a internacionalização ultrapassa as pessoas. A financeirização ultrapassa as pessoas. (Rousseff, 2017)

A presidente faz ainda a seguinte ponderação: “Até hoje tenho dúvidas. Se a crise de 2008 fosse lá por 2013, se nesse período esse pessoal não teria se fortalecido mais e aguentado esse processo de transformação”. Se bem entendemos, para a presidente o “projeto nacional [não nacionalista] de desenvolvimento” interessaria à burguesia interna, mesmo que não tivesse muita consciência disso, contudo teria faltado a maturidade em construção, como exemplo cita o caso da Odebrecht: “uma empresa de engenharia, que estava virando petroquímica e ia virar de óleo e gás. Quando o cara deixa de ser empreiteiro e passa para empresa de energia, ele tem de ter outra mentalidade”. Ou seja, o incentivo às empresas campeãs nacionais, com mais tempo poderia ter mudado a correlação de forças em proveito de um projeto de desenvolvimento em curso. A crise internacional e a Lava-Jato interromperam a mudança, com a Operação levando para prisão “todos os empresários que estavam se transformando de empreiteiros em grandes empresas de engenharia. E que tinham um papel importante nesta etapa nova”. (Rousseff, 2017)

Apesar de ter sido generosa na avaliação do legado petista, é certo que na cadeia de petróleo e gás muito foi realizado, não sendo mesmo “trivial recompor o parque naval brasileiro” ou “manter a indústria de equipamentos, bens e serviços da maior cadeia que tem no Brasil, a que tem maior impacto no PIB, que é a de petróleo e gás” (Rousseff, 2017). Impossível saber se um atraso na crise internacional teria bloqueado a reversão política, mas gostaríamos de registrar o que aparenta ser um descolamento entre política econômica e realidade, tanto no tocante à liderança improvável pela indústria de novo ciclo de crescimento, em um contexto de desaceleração da demanda interna e “doença brasileira”, como no relativo à existência de uma comunidade de interesses financeiros que congrega todas as fra-

ções do grande capital e estratos superiores das classes médias, assim como entidades dos trabalhadores como fundos de pensão, havendo mais imbricação que oposição entre atividades produtivas e financeiras.

Além do mais, cremos que o momento ideal para tentar melhorar a situação do Brasil no sistema capitalista internacional era o segundo governo Lula, uma vez que existia internamente um movimento político contrário ao neoliberalismo hard, decisivo para a chegada do PT ao poder (e para sua manutenção diante da crise do dito mensalão em 2015), movimento que poderia ter sido mobilizado para mudanças em direção a mais liberdade para conduzir a política econômica, a partir de patamares de juros e câmbio mais combatíveis com a preservação/expansão do parque industrial. O que provavelmente demandaria mobilização popular, razão pela qual era iniciativa para uma liderança popular, carismática, historicamente relevante, capaz de resistir de maneira mais prolongada e exitosa no tempo.

Não tivesse a conjuntura permitido melhoras internamente sem confrontos com interesses financeiros dominantes, mesmo reformas estruturais tivessem sido tentadas, nomeadamente no campo tributário, com vistas a oferecer alguma justiça no campo fiscal, taxando grandes fortunas e instituindo uma tributação progressiva (não desonerações fiscais para o capital como fez o governo Dilma), o que poderia assegurar vias de crescimento econômico mais autossustentáveis, menos dependentes da conjuntura econômica internacional, adversa a partir de 2010. Em boa medida por causa de políticas econômicas adotadas internamente, com destaque para o tripé macroeconômico indutor da “doença brasileira”. Armação no interior da qual passaram a atuar os governos, em uma situação de dependência distinta daquela estudada por Cardoso e Faletto (2004), na qual ficou mais difícil combi-

nar desenvolvimento com dependência, dificuldade agravada pelo próprio tripé.

O interregno propiciado pelo crescimento da economia mundial e boom das commodities foi relativamente bem aproveitado pelos governos Lula, contudo era preciso ousar mais, não sendo o caso justamente porque a conjuntura internacional colaborou. E se não é possível falar propriamente em desindustrialização no período (Carneiro, 2017), tampouco parece identificável um plano de desenvolvimento, na forma de um “guia de ação para reverter um status quo não desejável” (Fonseca, 2013): dos juros atrativos e aumento da dependência das exportações de commodities.

Sobre o governo Dilma, independentemente da hipótese de “ensaio desenvolvimentista” (Singer, 2015) ser ou não comprovável, o fato é que principalmente governos à esquerda dependem do crescimento econômico para manter o poder, do contrário as forças oposicionistas, em geral apoiadas pela mídia dominante, ganham força. Procuramos expor leituras de economistas sobre as causas do insucesso da política econômica, privilegiando a dimensão endógena, sem desconsiderar a conjuntura internacional após crise de 2008-2009, ademais das práticas imperialistas desde fora, que não deram trégua, muito embora tenha sido controversa a tentativa de flexibilização do tripé macroeconômico.

Atualmente sequer são animadoras as perspectivas de crescimento da economia brasileira por meio da atração de investimentos estrangeiros novos, os que têm investido o fazem sobretudo mediante aquisições/fusões. No caso da China, que tem expandido a presença no país, além da relação comercial assimétrica, poucos são investimentos indutores de desenvolvimento industrial, mas claro que mudanças são possíveis no sentido do desenvolvimento, a depender dos

próximos governos no Brasil. No entanto expandir a exploração dos trabalhadores, como parece ser o projeto das forças hoje no poder, não é garantia de mais IDE, mesmo chineses, ao contrário, a experiência recente indica que distribuição de renda e consumo são mais chamativos neste sentido. Portanto, não está assegurado que o desenvolvimentismo seja carta fora do baralho nas eleições de 2018 e as experiências de governos petistas constituem uma boa base de aprendizagem. Inclusive da ótica da perda de oportunidade para manobrar a conjunção positiva entre fatores externos e internos na tentativa de melhorar a inserção internacional do Brasil.

Referências Bibliográficas:

ALVES, Fábio. Inflação, Juros e Crescimento no Governo Dilma. A Nova Matriz Econômica Brasileira no Mundo Pós-Crise, Rio de Janeiro, Alta Books, 2014.

AVELAR, Idelber. A Response to Fabiano Santos and Fernando Guarnieri. *Journal of Latin American Cultural Studies*, v.26, n.2, 2017.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Revista de Economia Contemporânea*, Número Especial, p. 1-63, 2017.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; Celso Hiratuka. A política externa econômica do governo Dilma: comércio, cooperação e dependência. Texto para Discussão, nº360, Instituto de Economia da Unicamp, 2017.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Austeridade para quem? A crise global do capitalismo neoliberal e as alternativas no Brasil, Campinas, IE-UNICAMP, Texto de Discussão, 2015.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo, *Revista Economia e Sociedade*, v. 21, n. 3 (46), dez. 2012, p.779-810.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. O capital e suas metamorfoses, São Paulo: Unesp, 2013.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; Júlio Gomes Almeida. Como recuperar o vigor industrial. In Luiz Gonzaga Belluzzo; Pedro Paulo Zahluth Bastos (orgs.). *Austeridade para quem? Balanço e perspectivas do governo Dilma Rousseff*, 2015. Disponível em: http://cartamaior.com/_a/docs/2016/02/15.pdf, acesso em 11/03/2018.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 729-747, dez. 2012.

BOITO JR., Armando. Lava Jato, classe média e burocracia de Estado. *Revista Princípios*, n. 142, mai./jul., 2016.

BOITO JR., Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. In Fórum econômico da FGV-SP, 2012. Disponível em: <http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>, acesso em 11/03/2018.

BONELLI, Regis; Samuel Pessoa. Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência. Brasília, IBRE/FGV, n.7, 2010. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11689/Desindustrializa%E7%E3o%20no%20Brasil.pdf?sequence=1>, acesso em 11/03/2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O governo Dilma frente ao “tripé macroeconômico” e à direita liberal e dependente. *Novos Estudos CEBRAP*, n.95, março de 2012, p.5-14.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. The value of the exchange rate and the Dutch disease. *Revista de Economia Política*, vol. 33, n° 3 (132), Julho-Setembro 2013, p.371-387.

CANO, Wilson; Ana Lúcia Gonçalves da Silva. (2010). *Política industrial do governo Lula*. Campinas, IE-UNICAMP, Texto de Discussão, n.181, 2010._

CARDOSO, Fernando Henrique; Enzo Faletto. Repensando dependência e desenvolvimento na América Latina. In Bernardo Sorj, Fernando Henrique Cardoso e Mauricio Font (orgs.), *Economia e movimentos sociais na América Latina*, Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/rjfv9/pdf/sorj-9788599662595-02.pdf>, acesso em 11/03/2018.

CARDOSO, Fernando Henrique; Enzo Faletto. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 8ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique. Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência. In 2º Seminário latino-americano para el desarrollo, FLACSO, Santiago, Chile, 1970. Disponível em: https://csociais.files.wordpress.com/2015/03/teoria_da_dependencia_ou_analises_concretasfhc.pdf, acesso em 11/03/2018.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964.

CARNEIRO, Ricardo. Navegando a contravento. Uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista do Governo Dilma Rousseff. Texto para Discussão. Campinas: IE-UNICAMP, 2017.

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In François Chesnais (org). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. *Outubro*, n. 5, 2001.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

DAVIES, William. El nuevo neoliberalismo. *New Left Review*, n. 101, nov-dic, 2016.

DIEGUES Jr., Antônio Carlos. As transformações no padrão de organização e acumulação da indústria: da desindustrialização à “Doença Brasileira”, in Luiz Gonzaga Belluzzo; Pedro Paulo Zahluth Bastos (orgs.), *Austeridade para quem? Balanço e perspectivas do governo Dilma Rousseff*, 2015. Disponível em: http://cartamaior.com/_a/docs/2016/02/15.pdf, acesso em 11/03/2018.

DIEGUES Jr., Antônio Carlos; ROSSI Caroline Gut. Além da desindustrialização: transformações no padrão de organização e acumulação da indústria em um cenário de “Doença Brasileira”, in XXI Encontro Nacional de Economia Política, UFABC, São Bernardo do Campo, 2016.

EVANS, Peter. Entrevista. In: Ushehwedu Kufakurinani; Ingrid Harvold Kvangraven; Frutuoso Santana; Maria Dyveke Styve (editors). *Dialogues on Development. On Dependency*. Institute for New Economic Thinking, v. I, 2017.

EVANS, Peter. O Estado como problema e solução. *Lua Nova*, n.28-29, São Paulo, abril de 1993.

FIESP, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Perda de Participação da Indústria de Transformação no PIB, maio de 2015. Disponível em: www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=191508, acesso em 11/03/2018.

FIORI, José Luís. A globalização e a novíssima dependência. In José Luís Fiori, *Em busca do dissenso perdido*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

FONSECA, Pedro César Dutra. *Desenvolvimentismo: a construção do conceito*, Brasília, Rio de Janeiro, Ipea, 2013. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4580/1/td_2103.pdf, acesso em 11/03/2018.

FONSECA, Pedro César Dutra. *Desenvolvimentismo não é sinônimo de intervencionismo*. Folha de São Paulo, 06/03/2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/03/1746425-desenvolvimentismo-nao-e-sinonimo-de-intervencionismo.shtml?cmpid=compfb>, acesso em 11/03/2018.

FURTADO, Celso. *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GIMENEZ, Denis Maracci; José Celso Cardoso Junior. *Planejamento e Desenvolvimento: considerações à luz de documentos do governo brasileiro entre 2003 e 2010*. Brasília, IPEA, Texto para Discussão 1690, janeiro de 2012.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

IANONI, Marcus. Autonomia do Estado e desenvolvimento no capitalismo democrático. *Revista de Economia Política*, v. 33 (4), outubro/dezembro 2013, p.2-24.

KUFAKURINANI, Ushehwedu; Ingrid Harvold Kvangraven; Frutuoso Santana; Maria Dyveke Styve (editors). *Dialogues on Development. On Dependency*. Institute for New Economic Thinking, v. I, 2017. Disponível em:

<https://www.ineteconomics.org/uploads/downloads/Dependency-Theory-e-Book-Comp.pdf>, acesso em 11/03/2018.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira. Brasília: IPEA, 2015.

MELO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio. 10ª ed. Campinas: IE-UNICAMP, 1998.

MILIBAND, Ralph. O Estado na sociedade capitalista. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MORAIS, Lécio; Alfredo Saad Filho. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. *Revista de Economia Política*, 31 (4), 2011, p. 507-527.

POULANTZAS, Nicos. A Crise das Ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

PUTY, Cláudio Castelo Branco. A estratégia de segurança nacional do EUA e o combate à corrupção na América Latina. *Revista Fórum*, 06/03/2018. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/estrategia-de-seguranca-nacional-do-eua-e-o-combate-corrupcao-na-america-latina/>, acesso em 08/03/2018.

ROSSI, Pedro; André Biancarelli. Do industrialismo ao financismo. *Carta Maior*, 02/02/2015. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?Editoria/Economia/Do-industrialismo-ao-financismo/7/32777>, acesso em 11/03/2018.

ROUSSEFF, Dilma. Entrevista ao Página 13, 12/06/2017. Disponível em: <https://www.jornaldonassif.com.br/page/noticia/entrevista-exclusiva-dilma-rousseff-sem-censura-ou-quase-por-pagina-13-pt-parte-2->, acesso em 11/03/2018.

RUGITISKY, Fernando. Do ensaio desenvolvimentista a austeridade: uma leitura kaleckiana. *Carta Maior*, 8/5/2015. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?Editoria/Economia/Do-Ensaio-Desenvolvimentista-a-austeridade-uma-leitura-Kaleckiana/7/33448>, acesso em 11/03/2018.

SAES, Décio Azevedo Marques de. Modelos políticos latino-americanos na nova fase da dependência. In Francis Mary Guimarães Nogueira; Maria Lucia Rizotto (orgs). *Políticas sociais e desenvolvimento: América Latina e Brasil*, São Paulo: Xamã, 2007.

SANTOS, Fabiano; Fernando Guarnieri. From Protest to Parliamentary Coup: An Overview of Brazil's Recent History. *Journal of Latin American Cultural Studies*, v. 25, n. 4, 2016.

SANTOS, Theotonio dos. The Structure of Dependence. *The American Economic Review*, v. 60, n. 2, May, 1970, pp. 231-236.

SARTI, Fernando; Celso Hiratuka. Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais. Campinas: IE-UNICAMP, 2017. Texto para Discussão.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas. O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Revista Novos Estudos*, julho de 2015, p. 39-67.

SMITH, John. Imperialism in the twenty-first century: globalization, super-exploitation, and capitalism's final crisis, New York, Monthly Review Press, 2016.

SOUZA, Angelita Matos. Estado e dependência no Brasil. São Paulo: Annablume, 2001.

SOUZA, Angelita Matos. Governos Geisel e Dilma: o poder das finanças. Cuadernos de Economía, 34(66), 545-567, 2015.

SOUZA, Angelita Matos. Arriscando uma compreensão do primeiro governo Dilma. In XXI Encontro Nacional de Economia Política, UFABC, São Bernardo do Campo, 2016.

SOUZA, Jessé. A Elite do Atraso. São Paulo: Leya, 2017.